

From: Joseph Hanlon j.hanlon@open.ac.uk
Subject: Fwd: Grupo de Observadores da Commonwealth - Declaração Intermediária
Date: 18 October 2014 09:38
To: Joseph Hanlon j.hanlon@open.ac.uk

From: w.henley@commonwealth.int
To: w.henley@commonwealth.int
Subject: Grupo de Observadores da Commonwealth - Declaração Intermediária
Date: Fri, 17 Oct 2014 14:58:56 +0200

Grupo de Observadores da Commonwealth

Declaração Intermediária sobre as Eleições Presidenciais, Parlamentares e das Assembleias Provinciais em Moçambique - 15 de outubro de 2014

Maputo, Moçambique - 17 de Outubro de 2014

Declaração por Sua Excelência Hubert Ingraham, Presidente do Grupo de Observadores da Commonwealth nas Eleições Presidenciais, Legislativas e das Assembleias Provinciais em Moçambique.

O Grupo de Observadores da Commonwealth esteve presente em Moçambique desde 09 de outubro de 2014. Durante este período, reunimo-nos com a Comissão Nacional de Eleições de Moçambique (CNE), representantes dos principais partidos políticos, organizações da sociedade civil, a comunicação social, a polícia, assim como outros observadores internacionais e nacionais.

Os observadores da Commonwealth foram para sete províncias, além de Cidade de Maputo, nomeadamente, Cabo Delgado, Gaza, Província de Maputo, Nampula, Sofala, Tete e Zambézia. Observamos a votação, a contagem e o processo de agregação de votos, no dia da eleição.

Esta é a Declaração Intermediária do Grupo, uma vez que é emitido numa altura em que o processo ainda não foi concluído. Os processos de apuramento de votos e resultados críticos ainda estão em curso. Emitiremos um relatório final com as nossas conclusões sobre todo o processo numa fase posterior.

Nosso mandato é observar a organização e a realização das eleições presidenciais, legislativas e das assembleias provinciais, de acordo com as leis eleitorais relevantes Moçambique, e considerar os vários factores que incidem sobre a credibilidade do processo eleitoral como um todo.

Principais conclusões:

O período de campanha foi relativamente calma e pacífica em geral e os direitos fundamentais dos candidatos e partidos políticos para reunir-se e fazer campanha foram amplamente observados. Incidentes de violência em Gaza e Nampula constituíram motivo de preocupação. Contudo, estes incidentes foram isolados e não típicos do período de campanha.

A nossa avaliação inicial do dia da votação é que, na maior parte, a votação foi realizada de forma pacífica; e os nossos observadores relataram positivamente sobre a transparência relativa dos processos de votação e de contagem e que o ambiente de votação em geral foi favorável à livre expressão da vontade do eleitorado.

O grupo ficou impressionado com o entusiasmo e a determinação demonstrada pelo povo de Moçambique para exercer seu direito de voto.

O Grupo de Observadores da Commonwealth gostariam de elogiar o pessoal da CNE, Secretariado Técnico de Administração Eleitoral (STAE) e membros da mesa, a polícia, os observadores internacionais, nacionais e outros pela dedicação e empenho que demonstraram durante estas eleições.

Nas assembleias de voto que visitamos, o grupo observou que o pessoal da Comissão Nacional de Eleições estava envolvido com as partes interessadas, e facilitou interações transparentes com os eleitores, observadores e outras partes interessadas.

O dia da votação em geral refletiu os procedimentos prescritos e as estações de voto em modo geral abriram na hora certa. Fomos informados que nos casos em que as assembleias de voto abriram tarde, a votação foi estendida de forma adequada conforme necessário, embora alguns observadores notaram que os atrasos podem ter levado alguns eleitores a abandonar suas tentativas de votar.

Conforme notamos, os membros das mesas foram, no seu conjunto, bem treinados e realizaram os procedimentos de forma transparente. Onde havia a incerteza entre os agentes eleitorais, observamos que eles buscavam um consenso para se chegar a decisões.

Apesar da natureza desordenada de algumas filas devido, entre outros, a espaços apertados ou irregulares / terrenos inclinados fora algumas assembleias de voto, os eleitores em geral, não foram impedidos de votar. Em geral, o processo foi conduzido de forma ordenada dentro das assembleias de voto. O movimento lento de filas foi, em geral, o resultado do processo meticuloso em que os membros das mesas desde eleitores com explicações detalhadas e orientações sobre o processo de votação.

As mesas de voto observadas geralmente tinham materiais adequados para facilitar a votação e garantiram que o ambiente de votação e a estrutura respeitassem o sigilo do voto. Contudo, estamos cientes de que havia mesas de voto que não receberam materiais de votação a tempo e aguardamos novos relatórios para avaliar o significado destas deficiências assinaladas.

Notamos que os agentes dos partidos políticos estiveram presentes na maioria das mesas de voto, embora nem todos os partidos estavam representados.

Reconhecendo o contexto político moçambicano actual, o Grupo é da opinião de que isso ajudou a criar um ambiente de confiança e transparência nas assembleias de voto.

Além da participação dos eleitores mais velhos e deficientes, ficamos encorajados pelo grande número de mulheres e jovens que participaram no processo eleitoral, não apenas como eleitoras, mas também como agentes eleitorais e fiscais dos partidos. Entretanto, notamos a falta de instalações adequadas para atender as necessidades dos eleitores com deficiência e idosos.

Na maioria das estações observadas, a votação encerrou a tempo ou quase a

prescrito (com algumas notáveis exceções) e o processo de contagem iniciou imediatamente nas assembleias de voto que observamos. O procedimento de contagem de votos e apuramento foi realizado de forma meticulosa e transparente pelos funcionários de votação nas estações em que o Grupo observou. A contagem era manual e geralmente lento e continuou até as primeiras horas da manhã, devido principalmente ao cansaço dos membros da mesa e os procedimentos complexos destinados a preservar a transparência.

Apelamos a CNE para explorar formas de tornar o processo de contagem mais ágeis em eleições futuras, para garantir precisão e transparência. Vamos também pedir a CNE para providenciar uma iluminação adequada em futuros processos, visto que houve alguns casos em que a votação e a contagem foram realizadas sob condições más e instáveis de iluminação. A iluminação inadequada em alguns lugares, contribuiu para uma atmosfera de desconfiança e alimentou temores de potencial fraude eleitoral. Isso causou o aumento das tensões em algumas áreas.

O Grupo observou com preocupação o incidente em que os boletins de voto foram alegadamente roubados enquanto eram transportado para a província designada na semana anterior às eleições. Ficamos satisfeitos com a garantia que recebemos da Comissão Nacional Eleitoral e da Polícia em relação a este incidente. Neste sentido, o Grupo pretende fazer recomendações sobre o futuro do transporte de materiais relacionados com as eleições no seu Relatório Final.

Ouvimos algumas alegações de graves irregularidades em algumas assembleias de voto, tais como a interrupção da votação, a falta de cadernos de registo, urnas e boletins de voto, como mudar de local de assembleias de voto sem qualquer aviso, o roubo de boletins de voto e os votos múltiplos. Apelamos aos que fazem essas alegações a apresentar denúncias formais, conforme prescrito nas leis eleitorais e para que as instituições competentes possam investigar e pronunciar-se sobre estas alegações.

Embora o processo de recenseamento eleitoral foi muito bem sucedido (89,1% da população estimada em idade de votar foi registrada), a afluência às urnas parece ser muito menos nas mesas de voto observadas. Há uma necessidade de se considerar o aprofundamento da educação cívica e eleitoral antes das eleições futuras. Uma melhor educação dos eleitores reduziria também a necessidade dos funcionários eleitorais para educarem os eleitores no dia da eleição, um aspecto que tornou o processo mais complicado e bastante lento.

O Grupo pretende usar esta oportunidade para elogiar ainda mais os esforços das organizações da sociedade civil na prestação de apoio e supervisão nas fases pré-eleitoral, eleitoral e pós-eleitoral e imediatas. Somos da opinião que a entrada destes grupos da sociedade civil contribuíram positivamente para a realização das eleições.

O grupo ficou encorajado em encontrar um cenário de da comunicação social vibrante, com muitos pontos de venda em toda a imprensa, televisão, rádio e on-line oferecendo uma ampla cobertura das eleições. Meios de comunicação públicos foram encontrados para desfrutar de maior influência do que a mídia privada e independente. Alguns intervenientes manifestaram preocupação com a possibilidade de imparcialidade ou auto-censura nos meios de comunicação pública.

Uma queixa principal era que a emissora estatal dedicou um nível desproporcional de cobertura para o partido no poder incumbente. No entanto, os jornalistas eram geralmente capazes de operar livremente ao longo dos períodos de pré-campanha e de campanha.

O grupo se reuniu e teve discussões com os três candidatos presidenciais e foram assegurado por cada um deles que aceitariam os resultados de um processo eleitoral credível. Levamos essas garantias como um bom gesto, transmitida de boa fé e como uma firme demonstração do compromisso de todas as partes interessadas para um processo democrático e pacífico. Esse compromisso tinha sido anunciado no louvável Acordo de Paz entre o Governo e a Renamo aos 05 de setembro de 2014. A assinatura deste acordo de paz ajudou a criar um clima de segurança e paz antes das eleições.

Acreditamos que a Comissão Nacional Eleitoral merece elogios pela realização de uma eleição que exigiu esforços logísticos significativos em circunstâncias muito difíceis. Fomos encorajados pelo que a abordagem do CNE inclusiva baseada no consenso e pragmática de abordar os desafios, bem como a sua comunicação pró-ativa com os principais intervenientes. Esta abordagem é certamente útil para dissipar as preocupações e prevenir o agravamento indevido de tensões que vêm com um processo eleitoral.

Temos o prazer de observar que foram tomadas medidas para estabelecer a prevenção e resolução de conflitos mecanismos relacionados com as eleições para ajudar a enfrentar as disputas eleitorais.

Com base em nossa observação e intercâmbio com uma ampla gama de partes interessadas desde a chegada do grupo, a nossa conclusão preliminar é que as eleições foram, em geral pacífica e relativamente bem conduzida. Os incidentes e falhas observadas até hoje por membros do grupo não são de uma magnitude significativa e suficientes para por em causa a credibilidade do resultado.

Há certamente espaço para melhorias e isso será refletido nas recomendações que o Grupo fará em seu relatório final, uma vez que este reúne-se hoje mais tarde em Maputo para novas deliberações. O relatório do grupo será apresentado posteriormente ao Secretário-Geral da Commonwealth, que compartilhará-lo-á com as partes interessadas antes de torná-lo público.

Contato com a mídia:

Will Henley

Diretor de comunicações

Grupo de Observadores da Commonwealth

Tel: +258 84 753 7332

Email: w.henley@commonwealth.int

Notas para os editores:

O Grupo de Observadores da Commonwealth foi constituída a convite da Comissão Nacional de Eleições de Moçambique.

O grupo é composto por 14 pessoas eminentes extraídas nas diversas regiões da Commonwealth, uma associação voluntária de 53 países membros independentes. O Grupo inclui peritos eleitorais, políticos e diplomatas atuais e antigos, e da sociedade civil e especialistas em mídia.

Commonwealth Observer Group

Interim Statement on the Mozambique Presidential, Parliamentary and Provincial Assembly Elections - 15 October 2014

Maputo, Mozambique - 17 October 2014

Statement by: Rt. Hon. Hubert Ingraham, Chairperson of the Commonwealth Observer Group to the Presidential, Parliamentary and Provincial Assembly Elections in Mozambique.

The Commonwealth Observer Group has been present in Mozambique since 9 October 2014. During this period, we have met with the Mozambique National Electoral Commission (CNE), representatives of the main political parties, civil society organisations, the media, the police, as well as other international and national observers.

Commonwealth observers deployed to seven provinces in addition to Maputo City. These include: Cabo Delgado, Gaza, Maputo Province, Nampula, Sofala, Tete and Zambezia. We observed the voting, counting and results aggregation process on Election Day.

This is the Interim Statement of the Group, as it is issued with the process yet to be completed. The critical vote tabulation and results processes are still ongoing. We will issue a final report containing our conclusions on the entire process at a later stage.

Our mandate is to observe the organisation and conduct of the Presidential, Parliamentary and Provincial Assembly Elections, in accordance with relevant Mozambique electoral laws, and to consider the various factors impinging upon the credibility of the electoral process as a whole.

Key Findings:

The campaign period was relatively calm and peaceful overall and the fundamental rights of candidates and political parties to assemble and campaign were broadly observed. Reported incidents of violence in Gaza and Nampula provinces were of concern; however these incidents were isolated and not typical of the campaign period.

Our initial assessment of polling day is that, for the most part, voting was conducted in a peaceful manner; and our observers reported positively on the relative transparency of the voting and counting processes and that the polling environment was generally conducive to the free expression of will by the electorate.

The Group was impressed by the enthusiasm and determination demonstrated by the people of Mozambique to exercise their franchise.

The Commonwealth Observer Group would like to commend the staff of the CNE, Technical Secretariat for Electoral Administration (STAE) and polling officials, the Police, domestic and other international observers for the dedication and commitment they displayed during these elections.

At polling stations we visited, the Group noted that National Electoral Commission staff were engaged with relevant stakeholders, and facilitated transparent interactions with voters, observers and other relevant stakeholders.

Polling day generally reflected prescribed procedures and polling stations by and large opened on time. In cases where polling stations opened late, we are informed that voting was adequately extended as required; though some observers noted that delays may have led some voters to abandon their attempts to vote.

In our observations, polling staff were, on the whole, well-trained and carried out procedures in a transparent manner. Where there was uncertainty among polling staff, we observed that they sought consensus to arrive at decisions.

Despite the disorderly nature of some queues due to, among other things, tight spaces or uneven/sloping terrain outside some polling stations, voters were generally not prevented from casting their ballots. By and large, the process was conducted in an orderly manner inside the polling stations. The slow movement of queues was generally as a result of the meticulous process in which polling staff provided voters with detailed explanations and guidance on the voting procedure.

The polling stations observed generally had adequate materials to facilitate voting and ensured that the voting environment and layout respected the secrecy of the ballot. We are aware however that there were polling stations which did not receive voting materials on time and we await further reports to assess the significance of these reported shortcomings.

We noted that political party agents were present at most polling stations although not all parties were represented. Recognising the current Mozambican political context, the Group is of the view that this helped to foster an environment of trust and transparency at polling stations.

In addition to the participation of older and disabled voters, we were encouraged by the large numbers of women and youth who participated in the electoral process, not only as voters, but also as polling staff and party agents. We however noted the lack of adequate facilities to cater for the needs of disabled and elderly voters.

At most stations observed, polls closed on or close to the prescribed time (with some notable exceptions) and the counting process

commenced promptly in the polling stations we observed. The vote-counting and tabulation procedure was conducted in a fastidious and transparent manner by polling officials in the stations the Group observed. Counting was manual, generally slow and went on into the early hours of the morning due mainly to exhaustion by polling officials and cumbersome procedures intended to preserve transparency.

We urge the CNE to explore ways of making the counting process in future elections more streamlined, whilst ensuring accuracy and transparency. We will also urge the CNE to provide for adequate lighting in future processes as there were some cases where voting and counting were conducted under very poor and unstable lighting conditions. Inadequate lighting, in some places, contributed to an atmosphere of suspicion and fuelled fears of potential vote-rigging. This engendered heightened tensions in some areas.

The Group noted with concern the incident where ballot papers were reportedly stolen while being transported to their designated Province in the week preceding the elections. We were satisfied with the reassurance we received from the National Electoral Commission and the Police in relation to this incident. In this regard, the Group intends to offer recommendations on the future transportation of election-related materials in its Final Report.

We have heard some allegations of serious irregularities at some polling stations, such as the interruption of voting, lack of registration booklets, ballot boxes and ballot papers, switching locations of polling stations without warning, theft of ballot papers and ballot stuffing. We call upon those making these claims to file formal complaints as prescribed in the electoral laws, and for the relevant institutions to investigate and pronounce on these allegations.

Though the voter registration process was quite successful (89.1% of estimated population of voting age was registered), voter turnout appeared to be much less at polling stations observed. There is a need to consider deepening civic and voter education prior to future elections. Enhanced voter education would also go a long way to reduce the need for polling officials to educate voters on Election Day, an aspect which made the process more cumbersome and rather slow.

The Group wishes to use this opportunity to further commend the efforts of civil society organisations in providing support and oversight in the pre-election, election, and immediate post-election phases. We are of the considered view that the sustained input of these civil society groups contributed positively to the conduct of the polls.

The Group was encouraged to find a vibrant media landscape with many outlets across print, television, radio and online providing extensive coverage of the elections. Public media were found to enjoy greater influence than private and independent media. Some stakeholders expressed concern about the potential for bias or self-censorship in public media. One main complaint was that the state broadcaster devoted a disproportionate level of coverage to the incumbent ruling party. Nonetheless, journalists were generally able to operate freely throughout the pre-campaign and campaign periods.

The Group met and had discussions with the three Presidential Candidates and were assured by each of them that they would accept the results of a credible electoral process. We took these assurances as a good gesture, conveyed in good faith and as a firm demonstration of the commitment of all stakeholders to a democratic and peaceful process. This commitment had been enunciated in the laudable 5 September 2014 Peace Agreement between the Government and RENAMO. The signing of this peace agreement helped to create an atmosphere of security and peace ahead of the polls.

We believe the National Electoral Commission deserves commendation for conducting an election which demanded significant logistical efforts under very challenging circumstances. We were encouraged by the CNE's inclusive, consensus-based and pragmatic approach to addressing challenges, as well as its proactive communication with key stakeholders. This approach is certainly helpful in allaying concerns and preventing undue escalation of tensions that come with an electoral process.

We are pleased to note that measures have been taken to establish election-related conflict prevention and resolution mechanisms to assist with addressing electoral disputes.

Based on our observation and exchanges with a broad range of stakeholders since the Group's arrival, our preliminary conclusion is that the elections were generally peaceful and relatively well conducted. The incidents and shortfalls observed to date by members of the Group are not of a magnitude significant enough to put in question the credibility of the outcome.

There is certainly room for improvement and this shall be reflected in the recommendations which the Group will make in its Final Report as it re-convenes later today in Maputo for further deliberations. The Group's Report will be submitted in due course to the Secretary-General of the Commonwealth who would subsequently share it with relevant stakeholders before making it public.

Media Contact:

Will Henley
Communications Officer
Commonwealth Observer Group
Tel: +258 84 753 7332
Email: w.henley@commonwealth.int

